



## Reforma da Previdência e da carreira militares é aprovada

Segue para sanção a proposta do governo, que pretende economizar R\$ 2,29 bilhões até 2022 com a mudança, avalizada ontem pelo Plenário do Senado



Eduardo Gomes, Major Olímpio, Davi Alcolumbre, Aroldo de Oliveira e Fernando Bezerra durante votação em Plenário do projeto proposto pelo Executivo

O projeto que reestrutura a carreira e a Previdência dos militares foi aprovado ontem no Senado. A votação do texto apresentado pelo Executivo foi fruto de um acordo proposto pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, com as lideranças partidárias. O texto segue para sanção.

Com a aprovação, o governo espera uma economia de R\$ 2,29 bilhões para os cofres da União até 2022.

A proposta também estende às polícias militares e aos corpos de bombeiros estaduais as mesmas regras que valerão para as Forças Armadas. **3**

### Moro pede rapidez para votação sobre 2ª instância



Moro e a presidente da CCJ, Simone Tebet, que marcou a votação para terça

O ministro da Justiça, Sergio Moro, defendeu em debate na Comissão de Constituição e Justiça rapidez na votação da proposta de prisão em segunda instância, seja a que tramita no Senado, seja a PEC da Câmara.

A presidente da comissão, Simone Tebet, marcou para próxima terça-feira a análise de projeto de lei, por solicitação de senadores.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, defendeu que, no lugar do projeto, seja analisada proposta de emenda à Constituição da Câmara sobre o mesmo assunto. **5**

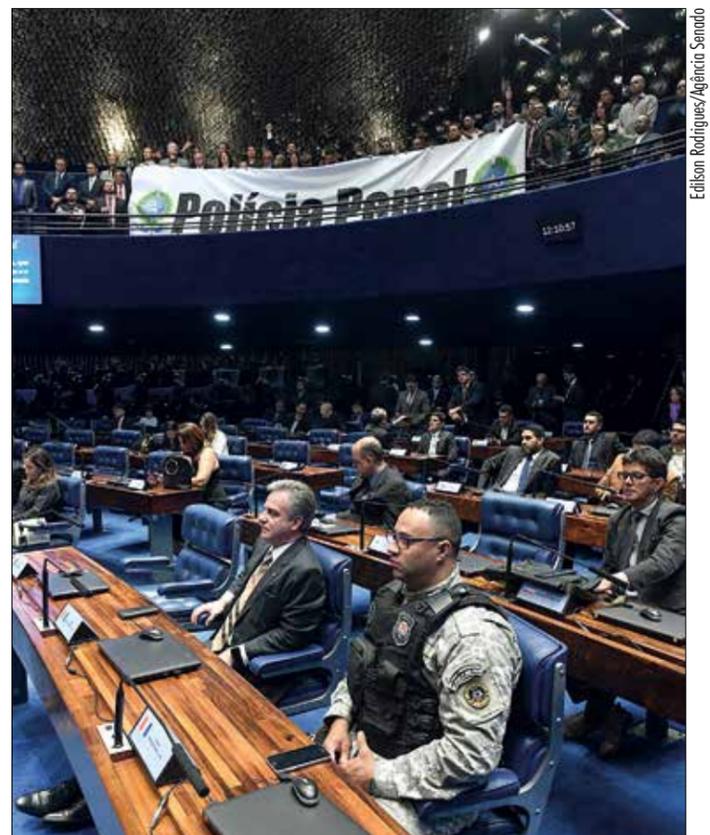
**Colegiado eleva fundo eleitoral para R\$ 3,8 bi **3****

**MP do Agronegócio é aprovada em comissão mista **6****

### Criadas as polícias penais na União, estados e Distrito Federal

Foi promulgada ontem em sessão solene do Congresso Nacional a emenda constitucional que cria as polícias penais, vinculadas aos órgãos

gestores do sistema penal em cada ente federativo. Os atuais agentes penitenciários passam a integrar o quadro e a atuar como policiais penais. **2**



Em sessão solene, Congresso promulga a emenda que cria as polícias penais

### Deputada Joice Hasselmann acusa parlamentares de ataques virtuais

Em depoimento ontem à CPI das Fake News, Joice Hasselmann afirmou que parlamentares ligados ao governo federal usam assessores para

promover ataques virtuais contra desafetos. Entre os acusados, estão o deputado federal Eduardo Bolsonaro e os deputados estaduais do PSL. **8**



Lídice da Mata, relatora da CPI, Angelo Coronel, presidente, e Joice Hasselmann

### Projeto que isenta templos de pagar ICMS é aprovado

Vai à sanção presidencial projeto de lei que possibilita a estados isentar templos religiosos e entidades beneficentes de assistência social de pagar ICMS até 2032. **3**

### PEC que extingue fundos será tema de dois debates **4**

# Agentes penitenciários agora são policiais penais

Foi promulgada ontem pelo Congresso a emenda constitucional que cria as polícias penais da União, dos estados e do Distrito Federal, vinculadas aos órgãos gestores do sistema em cada ente federativo

OS AGENTES PENITENCIÁRIOS passaram à categoria de policiais penais com a promulgação ontem da Emenda Constitucional 104, de 2016, durante sessão solene do Congresso Nacional. A nova norma cria as polícias penais federal, dos estados e do Distrito Federal. Os policiais estão vinculados ao órgão administrador do sistema penal da sua unidade federativa.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse que a

emenda dá suporte jurídico para categoria, que já tem efetiva atuação policial.

— Essa conquista foi idealizada lá atrás e subscrita por outros parlamentares. Foi um desejo dessa categoria que protege a todos nós e que tem comprometimento com o Estado brasileiro, com a proteção da sociedade, e que atua em um ambiente adverso como são as penitenciárias.

Major Olimpio (PSL-SP) afirmou que “não havia o menor

cabimento dar a obrigação policial sem dar o suporte constitucional, o reconhecimento e as garantias inerentes à atividade”. Para ele, essa norma pode ser considerada a “maior conquista da história do sistema prisional brasileiro”.

Para o líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-GO), a reformulação “foi um duro golpe ao crime organizado”.

— Nada foi tão significativo e tão importante para o dia a dia do povo brasileiro do que ter polícias vinculadas à questão penal com melhores condições de trabalho — disse.

O ex-senador Cássio Cunha Lima, autor da proposta que deu origem à emenda, ressaltou que a iniciativa visou reforçar a estrutura da segurança pública do país.

— Era preciso, portanto, uma resposta pronta, uma resposta eficaz, imediata para esse desafio que é do Estado brasileiro, de retomar o controle dos presídios.



Eduardo (2º à esq.) e Davi (2º à dir.), entre deputados, na promulgação

## Debate destaca prevenção de violência doméstica

A Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher debateu ontem o papel do Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida (Frida) como mecanismo de prevenção e enfrentamento aos crimes de violência doméstica e familiar. A audiência foi requerida pela deputada Elcione Barbalho (MDB-PA), vice-presidente do colegiado.

Iniciativa dos Conselhos Nacionais do Ministério Público (CNMP) e de Justiça (CNJ) e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o Frida é fruto de um estudo

desenvolvido por peritos brasileiros e europeus, no âmbito do programa Diálogos Setoriais: União Europeia-Brasil.

A senadora Zenaide Maia (Pros-RN), presidente do colegiado, ressaltou a importância de dar visibilidade à temática e falou sobre o poder que o formulário terá de “salvar vidas”.

O autor e coordenador do Frida, Valter Shuenquener de Araújo, explicou que, ao responder todos os itens do formulário, a situação da vítima é classificada por nível de risco: baixo, médio ou elevado.

— A grande vantagem é que

isso retira o eventual excesso de subjetividade na análise do encaminhamento a ser feito — afirmou.

A socióloga da equipe de desenvolvimento do Frida, Wânia Pasinato, destacou que o formulário poderá auxiliar os profissionais na sistematização de informações recorrentes nos relatos das mulheres.

A atriz Luíza Brunet lembrou que sofreu violência doméstica em junho de 2017, por parte do então marido. Atualmente, ela afirma estar focada nos projetos voltados à proteção das mulheres.

## Colegiado sobre migrações elege presidente e vice

O Congresso instalou ontem a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados (CMMIR), criada a partir de um ato conjunto do Senado e da Câmara dos Deputados. O colegiado tem como missão

fiscalizar e monitorar, de modo contínuo, questões relativas a movimentos migratórios nas fronteiras do Brasil e sobre os direitos dos refugiados.

A CMMIR será presidida pela deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), o vice-presidente

será o senador Paulo Paim (PT-RS) e a relatora, a senadora Mara Gabrielli (PSDB-SP). A comissão é composta por 12 senadores e 12 deputados.

Segundo Paim, o colegiado trabalhará para acolher as pessoas.

## Grupo Brasil-Estados Unidos elege comissão executiva

Foi instalado ontem o Grupo Parlamentar Brasil-Estados Unidos da América. O senador Roberto Rocha (PSDB-MA) foi eleito presidente. O grupo também aprovou o regulamento que servirá de base para a condução dos trabalhos.

A comissão executiva será composta pelos senadores Flávio Bolsonaro (sem partido-RJ) e Tasso Jereissati (PSDB-CE), que ocupam os cargos de vice-presidentes. Roberto Rocha destacou a relevância do Acordo de Salvaguardas

Tecnológicas entre o Brasil e os Estados Unidos para o avanço das relações entre os países. O acordo permite a participação dos Estados Unidos em lançamentos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão.

### RÁPIDAS

#### CAI MP DA ANTECIPAÇÃO DE 13º DOS BENEFÍCIOS DO INSS

Perdeu a vigência na terça-feira a Medida Provisória 891/2019, sobre o crédito antecipado de metade do 13º salário de benefícios do INSS, junto com o pagamento do mês de agosto. A antecipação vem sendo feita por meio de decreto do Executivo.

#### PERDE VALIDADE MP SOBRE PUBLICAÇÃO EM JORNAIS

A medida que dispensava empresas de publicar demonstrações financeiras em jornais perdeu a validade na terça-feira. A MP 892/2019 foi rejeitada em novembro, na comissão mista, que aprovou o parecer de Rose de Freitas (Podemos-ES) pela inconstitucionalidade.

## Kajuru agradece apoio recebido após passar mal

Jorge Kajuru (Cidadania-GO) agradeceu ontem o apoio recebido após ter passado mal em Plenário, na sessão de 19 de novembro.



Segundo ele, tudo terminou bem graças ao pronto atendimento dos médicos e senadores Otto Alencar (PSD-BA), Nelsinho Trad (PSD-MS) e Marcelo Castro (MDB-PI), e também do serviço médico do Senado.

— Tivesse eu convulsionado em outro ambiente, possivelmente não estaria aqui hoje — disse.

## Zona Franca ajuda a preservar floresta, diz Plínio

Plínio Valério (PSDB-AM) apontou a importância da Zona Franca de Manaus para



a conservação da floresta amazônica. Ele afirmou que graças à sua existência e à renúncia fiscal que a beneficia, 97% das áreas florestais do estado do Amazonas estão preservadas. Ele calculou que, levando-se em conta o valor da renúncia fiscal do governo, a proteção de um hectare de floresta no Amazonas custa ao Brasil apenas R\$ 90 por ano e somente R\$ 0,24 por dia.

## Rodrigues critica solução para venezuelanos

Chico Rodrigues (DEM-RR) reclamou em Plenário da demora e da falta de sincronia



para resolver a crise em decorrência da migração de venezuelanos. Segundo o senador, em vez de criar um campo, o comitê do governo buscou uma solução equivocada, ao acolher os venezuelanos em 14 abrigos, que conseguem atender apenas 20% das pessoas.

— O único país onde os refugiados são abrigados em abrigos urbanos é o Brasil.

## Amin lembra 50 anos de formatura de turma da Udesc

Esperidião Amin (PP-SC) destacou em Plenário os 50 anos de formatura da primeira



turma de administração da Escola Superior de Administração e Gerência (Esag), atualmente Centro de Ciências de Administração, da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), a ser comemorado no dia 6. Ele estava entre os primeiros formados pela instituição.

— À Esag, a seus dirigentes, professores, funcionários e alunos, eu quero externar os votos de sucesso.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



- CDR Desenvolvimento regional**  
9h Audiência pública para avaliar o programa dos centros de desenvolvimento regional.
- CRA Poços artesanais**  
10h Entre 7 itens, o PLC 111/2015, que aprova consórcio para compra de máquinas de perfurar poços artesanais.

- CTEOLÉO Impacto ambiental**  
10h Audiência para debater medidas contra impactos socioambientais do derramamento de óleo na costa brasileira.
- CTFC Pedido de audiência**  
10h30 Análise de requerimento.
- PLENÁRIO Sessão não deliberativa**  
14h Discursos e avisos da Mesa.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

# Senado aprova reforma da carreira militar

Segue para sanção a proposta que trata também da Previdência das Forças Armadas. Governo espera uma economia de R\$ 2,29 bilhões para os cofres da União até 2022

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem o projeto do governo que reestrutura a carreira e a Previdência dos militares. A votação do PL 1.645/2019 foi fruto de um acordo proposto pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, com as lideranças partidárias. A proposta foi aprovada na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) na terça-feira, enviada ao Plenário em regime de urgência e segue agora para sanção presidencial.

O governo espera uma economia de R\$ 2,29 bilhões para os cofres da União até 2022 com a aprovação do projeto. O texto estende às polícias militares e aos corpos de bombeiros estaduais as mesmas regras das Forças Armadas.

Relator do projeto na CRE, Arolde de Oliveira (PSD-RJ) disse ser inquestionável a importância das Forças Armadas, em tempo de guerra ou de paz.



Militares acompanham votação da proposta nas galerias do Plenário

Ele disse que as peculiaridades da vida militar exigem um olhar distinto em relação a outras categorias. O relator ressaltou que nos últimos anos os salários dos militares ficaram defasados em relação aos dos servidores públicos civis da União.

Arolde rejeitou as emendas apresentadas em Plenário, lembrando que qualquer alteração levaria o texto de volta à

Câmara. Apenas uma emenda de redação foi acatada.

Para o senador Marcos do Val (Podemos-ES), o projeto é uma forma de retribuir o trabalho que os militares têm prestado ao país. Major Olimpio (PSL-SP) afirmou que a carreira militar é a mais sacrificada e com maior grau de risco entre as profissões.

Izalci Lucas (PSDB-DF) disse

que o projeto faz justiça aos militares, que já foram muitas vezes vítimas de perseguição.

O presidente da CRE, Nelsinho Trad (PSD-MS), e os senadores Telmário Mota (Pros-RR), Chico Rodrigues (DEM-RR), Marcos Rogério (DEM-RO), Otto Alencar (PSD-BA), Simone Tebet (MDB-MS), Rodrigo Pacheco (DEM-MG), Alvaro Dias (Podemos-PR) e José Serra (PSDB-SP) também manifestaram apoio à reforma.

— Esse projeto é fundamental para a melhoria da segurança pública no Brasil — declarou Serra.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) lamentou a diferença de tratamento que o governo deu aos militares em relação aos trabalhadores civis, já que a reforma dos militares inclui plano de carreira, inclusive com aumento de salário. Já a reforma da Previdência, apontou, promoveu a retirada de

direitos do trabalhador civil e dos servidores públicos.

— Os militares merecem todo o nosso respeito, mas são pesos e medidas diferentes do governo de Bolsonaro e do ministro da Economia, Paulo Guedes — criticou.

Um destaque havia sido apresentado pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE), com o objetivo de aumentar o valor de um adicional para algumas patentes. No entanto, ele retirou o destaque depois que o líder do governo, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), anunciou um acordo para atender a demanda em um novo projeto ou por decreto.

A votação no Plenário foi acompanhada pelo ministro-chefe da Secretaria de Governo, general Luiz Eduardo Ramos. De acordo com Davi, a atuação do ministro foi importante na construção do texto final da proposta.



Clarissa, Flávio e Eliziane em sessão dirigida por Jorginho Mello

## Vai à sanção proposta que isenta templos de pagar ICMS

Templos religiosos e entidades beneficentes de assistência social poderão continuar isentos de pagar o ICMS até 31 de dezembro de 2032, é o que prevê o projeto de lei complementar aprovado ontem pelo Plenário. Foram 62 votos favoráveis e nenhum contrário ao PLP 55/2019, que prorroga por mais 15 anos, contados a partir de 2017, a possibilidade de os estados darem isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais a qualquer templo religioso e entidade beneficente de assistência social. O projeto segue para análise presidencial.

O projeto muda a Lei Complementar 160, de 2017, que definiu prazos de um a 15 anos para isenções, sendo que o de um ano é a regra geral na qual templos e entidades assistenciais foram enquadrados. O prazo máximo é concedido a atividades agropecuárias e industriais e a investimentos em infraestrutura rodoviária,

aquaviária, ferroviária, portuária, aeroportuária e de transporte urbano.

Segundo a autora, deputada Clarissa Garotinho (Pros-RJ), que estava no Plenário, “não se trata de nova isenção, mas apenas de renovação daquilo com que elas já contavam antes da lei”. O projeto foi aprovado no final do mês passado na Comissão de Assuntos Econômicos, onde foi relatado pelo senador Irajá (PSD-TO).

A medida beneficia templos e igrejas de qualquer tipo de culto, santas casas, entidades de reabilitação, de pais e amigos de excepcionais e associações Pestalozzi, por exemplo. Elogiaram a proposta os senadores Otto Alencar (PSD-BA), Zequinha Marinho (PSC-PA), Vanderlan Cardoso (PP-GO), Wellington Fagundes (PL-MT), Nelsinho Trad (PSD-MS), Arolde de Oliveira (PSD-RJ), Flávio Arns (Rede-PR), Jayme Campos (DEM-MT), Eliziane Gama (Cidadania-MA) e outros.

## Comissão destina R\$ 3,8 bilhões para eleições

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem o parecer preliminar do relator-geral, deputado Domingos Neto (PSD-CE), sobre a proposta orçamentária para 2020 (PLN 22/2019). Ele acatou parcialmente 11 das 66 emendas apresentadas, todas para ampliar suas atribuições na definição dos gastos. Outras 13 foram declaradas prejudicadas. Das 42 rejeitadas, 5 tiravam do relator-geral a permissão para aumentar os recursos para as eleições municipais de 2020. O texto prevê R\$ 3,8 bilhões para o Fundo Especial de Financiamento de Campanha.

Neste ano, o relator-geral



Presidente da comissão, Castro lembrou que parecer passa pelo Congresso

poderá destinar recursos extras para, por exemplo, reforço de investimentos já incluídos no texto ou novas obras, para redução de danos ambientais e para subvenções à renego-

ciação de dívidas rurais.

O presidente da CMO, senador Marcelo Castro (MDB-PI), ressaltou que essas atribuições apenas facilitam os ajustes no parecer que, ao final, terá de ser aprovado pela comissão e também por deputados e senadores em sessão do Congresso.

O aumento do fundo eleitoral só foi possível porque o relator da Receita, senador Zequinha Marinho (PSC-PA), no seu parecer aprovado na terça-feira, elevou em R\$ 7 bilhões as receitas da União, abrindo espaço para mais despesas. Na versão do Executivo, a proposta reservava R\$ 2 bilhões, valor superior ao R\$ 1,7 bilhão do pleito de 2018.

Com Agência Câmara

### Para Davi, fundo eleitoral é único instrumento para pleito de 2020

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou ontem que sempre foi defensor do financiamento privado de campanhas e que votou nesse sentido na ocasião em que o assunto foi analisado pelo Congresso. No entanto, lembrou, o

fundo eleitoral é a única alternativa para financiar as campanhas municipais para 2020.

— Se há um conflito, vamos debater. O certo é que, neste ano, o único instrumento será o financiamento público — afirmou.

## Ponte sobre Rio Juruá é tema de reunião no Acre

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, cumprirá agenda hoje em Cruzeiro do Sul, no Acre. Ele se reunirá com empresários brasileiros e peruanos, às 11h, para tratar da viabilidade da construção de uma ponte na BR-364 entre

esse município e o de Rodrigues Alves, também no Acre. A futura estrutura facilitará a ligação rodoviária entre o Brasil e o Peru.

Atualmente, a travessia sobre o Rio Juruá, entre as duas localidades, é feita por balsa.

O convite foi feito a Davi pelo senador Marcio Bittar (MDB-AC). O líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), e os senadores Sérgio Petecão (PSD-AC) e Mailza Gomes (PP-AC) fazem parte da comitiva.

# Parecer da PEC que extingue fundos é lido, mas votação fica para fevereiro

Senadores querem debater as possíveis consequências da proposta com a extinção de fundos como o de Cultura e o do Audiovisual

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) fará duas audiências públicas, em datas ainda não definidas, para discutir a proposta que pode permitir ao governo usar para outras finalidades o dinheiro hoje retido em fundos públicos e vinculado a áreas específicas. Ontem o relator da PEC, senador Otto Alencar (PSD-BA), leu parecer favorável à proposta com uma série de alterações que resultaram em um substitutivo.

A proposta de emenda à Constituição para a desvinculação dos fundos (PEC 187/2019) faz parte do Pacote Mais Brasil, elaborado pelo governo para estimular a economia. Segundo a presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS), existe um acordo para que essa e outras propostas do pacote sejam votadas em fevereiro do próximo ano.

Os debates foram sugeridos



Relator da PEC dos Fundos, Otto fez várias alterações no texto original

dos pela bancada do PT por meio de requerimento do líder, Humberto Costa (PE). A preocupação dele é que a proposta leve à extinção de reservas como o Fundo Nacional de Cultura e o Fundo Setorial do Audiovisual, que não são constitucionais. Eles querem ouvir representantes dos setores cultural e econômico sobre os efeitos da PEC.

Esses fundos concentram recursos em atividades ou proje-

tos de áreas específicas. Assim, as receitas ficam vinculadas a determinadas finalidades. A PEC propõe a extinção de fundos existentes no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, criados por leis e não previstos pela Constituição. O prazo para recriação daqueles fundos considerados fundamentais será o fim do segundo ano seguinte à promulgação da emenda. Para isso, será

necessária a aprovação de lei complementar específica pelo Congresso, uma para cada fundo.

Uma das alterações propostas pelo relator busca resguardar fundos que foram criados por lei, mas que têm obrigações constitucionais, ou seja: foram criados para operacionalizar vinculações de receitas estabelecidas pelas leis orgânicas dos entes federativos, caso do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), destinado ao custeio do seguro-desemprego e do abono salarial.

Também estão na mesma situação os Fundos de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), criados por lei para regulamentar a Constituição e contribuir para o desenvolvimento econômico e social dessas regiões.

## Colegiado pedirá suspensão do projeto da Lei do Primeiro Emprego

A Medida Provisória do Contrato Verde Amarelo foi criticada ontem por senadores na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A comissão aprovou requerimento do senador Fabiano Contarato (Rede-ES) para que o projeto que institui a nova Lei do Primeiro Emprego (PL 5.228/2019) seja sobrestado

enquanto o Congresso analisa a MP 905/2019.

— Nós temos que ficar atentos porque essa medida provisória é uma verdadeira reforma trabalhista. Ela vai reduzir o Fundo de Garantia. Hoje o trabalhador tem que pagar 8%, vai reduzir para 2%. Ela vai reduzir a multa na demissão de 40% para 20%. Por

que a multa é de 40%? Para evitar a demissão — criticou.

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse que, provocada por senadores, a Consultoria do Senado recomendou ao presidente do Senado que a MP 905 seja devolvida ao Executivo.

— Espero, é claro, pois a decisão é do presidente da Casa, que ele devolva essa

medida, que já conta com 2 mil emendas. Só eu apresentei em torno de 60 emendas — disse.

O presidente da CAS, senador Romário (Podemos-RJ), afirmou que o colegiado não tem poder para sobrestar o projeto, mas que o requerimento será apresentado ao Plenário em nome da comissão.

## Marcos Rogério destaca marco regulatório da energia

O presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Marcos Rogério (DEM-RO), classificou o projeto do novo marco regulatório do setor elétrico como um dos mais importantes já apreciados pelo Congresso. Ele disse à Agência Senado que a votação da proposta relatada por ele precisou ser adiada em virtude da complexidade do assunto.

— É um projeto estratégico, porém complexo, porque mexe com muitas variáveis, com muitos pontos e, por isso, precisamos ouvir as entidades, associações, a Agência Nacional de Energia Elétrica, o Ministério de Minas e Energia e todos os atores envolvidos, para podermos construir um texto que tenha condições de ser aprovado — afirmou o senador.

## Investidores querem leilão de 5G não arrecadatório

Os leilões de outorga para a implantação da rede 5G no Brasil não devem ter um viés arrecadatório, sob pena de não atrair investimentos, disse o presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e Serviço Móvel Celular (SindiTeleBrasil), Marcos Ferrari, durante audiência da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

— Quando um leilão ocorre, a empresa interessada calcula o fluxo de caixa do investimento e traz para o valor presente. Desse valor, uma parte é reservada para a outorga, e a outra parte torna-se investimento produtivo. Quanto maior for a outorga, menor é o investimento na economia real. É uma conta direta e inversamente proporcional — explicou Ferrari.

Inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2020, o leilão da rede 5G já foi adiado para o final do próximo ano. O setor ainda teme um novo atraso para 2021, devido a pressões dos Estados Unidos.

A rede 5G é a quinta geração

das redes móveis, muito mais potente que a 4G, e possibilitará a conexão permanente de trilhões de dispositivos.

O debate foi requerido por Confúcio Moura (MDB-RO), para debater a implantação de “cidades inteligentes” no Brasil e apresentar os principais programas do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

— A Secretaria de Governo Digital, vinculada ao Ministério do Planejamento, tem um estudo mostrando que o custo de um serviço digital é de 3% a 7% do custo de um serviço não digital. Abre-se uma brecha, por exemplo, para investir mais em educação e saúde. Os benefícios da “cidade inteligente” são vários, como melhorar os mecanismos de educação à distância, a telemedicina e incrementar a saúde monitorada — disse o presidente do SindiTeleBrasil.

Ele pediu ainda que o país adote processos mais ágeis no licenciamento de instalações

de antenas de telecom.

— Quanto menos antenas, menor a conectividade do lugar. Já há mais de 4 mil pedidos de instalações dessas antenas aguardando autorização. Se liberadas, elas gerariam investimentos de pelo menos R\$ 2 milhões e 45 mil novos postos de trabalho, além de melhorar a conectividade do local.

O representante da Telebras, Daniel Laguna, disse que o satélite geoestacionário já permite ao programa federal Governo Eletrônico de Serviços de Atendimento ao Cidadão (GSac) produzir um impacto real na educação.

Representante do MCTIC, Wilson Wellisch previu que a otimização da integração de dados tornada possível pelo 5G deverá ter um impacto relevante na segurança pública. Além disso, o compartilhamento de dados das câmeras de segurança com outras de reconhecimento facial facilitará a busca por pessoas suspeitas ou investigadas, garantiu.

## Veneziano quer devolver Contrato Verde e Amarelo

Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) disse ontem em Plenário ser contra a medida provisória que cria o Contrato Verde e Amarelo. Para ele, é inadmissível a redução do adicional de periculosidade de 30% para 5%, entre outros.



Valdemir Bonetto/Agência Senado

— Não há como a Presidência desta Casa negar essa preocupação, essa constatação de ter que devolver [a MP]. Todos nós trabalharemos no sentido de apresentarmos propostas semelhantes que estimulem a iniciativa privada.

## Paim pede que Congresso não analise medida provisória

Paulo Paim (PT-RS) disse esperar que a medida provisória que cria o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo seja devolvida ao Poder Executivo. Ele afirmou que a MP 905/2019 promove uma nova reforma trabalhista, ao implementar 135 mudanças na CLT. Paim criticou especialmente a redução da multa do FGTS paga ao empregado demitido sem justa causa (de 40% para 20%) e a incidência de contribuição previdenciária sobre o seguro-desemprego.

— O texto abre mão de pagar à Previdência 20%, mas taxa o desempregado.

## RÁPIDAS

### INTERVALO PARA MULHERES AMAMENTAREM

Trabalhadoras poderão ter direito a dois intervalos de meia hora para amamentar ou alimentar seus filhos de até 6 meses de idade. É o que determina o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 21/2018, aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

### GINÁSTICA LABORAL NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS

Órgãos públicos de todas as esferas deverão oferecer atividades de ginástica laboral diária para servidores efetivos e comissionados, terceirizados e estagiários. É o que prevê o PL 3.273/2019, de Nelsinho Trad (PSD-MS), aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais.

### ISENÇÃO A EMPRESAS PARA DESPESAS COM FACULDADE

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem a inclusão das despesas com cursos de graduação e pós-graduação entre as isenções das contribuições previdenciárias das empresas. O PL 3.596/2019 segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos.

# Para Moro, solução sobre 2ª instância é urgente

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Simone Tebet, anunciou que projeto de Lasier Martins sobre o tema será votado na próxima reunião do colegiado, na terça-feira

O MINISTRO DA Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, defendeu ontem a viabilidade da prisão de réus logo após a condenação em segunda instância. Para isso, segundo ele, tanto o projeto que tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado (PLS 166/2018) quanto a proposta de emenda à Constituição que está na Câmara (PEC 199/2019) têm condições de ser aprovados, acabando com a discussão jurídica em torno do tema.

— Não vejo as duas iniciativas como mutuamente excludentes. Não vejo também problema em se votar a PEC e o projeto de lei concomitantemente. Do ponto de vista de segurança, vejo a questão com urgência— afirmou.

## Votação

A presidente da CCJ, senadora Simone Tebet (MDB-MS), anunciou que o projeto será o primeiro item da pauta da próxima reunião do colegiado, na terça-feira. Ela recebeu do senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) um manifesto com o apoio de 44 senadores pedindo a continuidade da tramitação da proposta.

— Tendo em vista que sou liderada pelos 27 senadores desta comissão, tenho o dever e a obrigação, visto que o Regimento é claro: só podemos suspender ou paralisar um projeto em pauta, pronto para votação, por maioria absoluta deste colegiado ou pela unanimidade do Colégio de Líderes, e esse manifesto diz o contrário — afirmou Simone.

O autor do projeto, Lasier Martins, disse que a maioria dos senadores tem uma posição clara a favor da prisão após condenação em segunda ins-

tância, fato comprovado pela ampla adesão ao manifesto.

— O projeto de lei entrou em abril do ano passado e dormiu nas gavetas porque o ex-presidente da CCJ não deixou discutir. Por que deixar para outro dia, se podemos fazer hoje? — afirmou.

A proposta em análise na CCJ altera o Código de Processo Penal (CPP) para definir que a prisão pode acontecer em decorrência de condenação por órgão colegiado ou em virtude de prisão temporária ou preventiva.

Os participantes da audiência divergiram sobre o projeto. Moro lembrou a situação de outros países, como França e Estados Unidos, considerados berços da defesa dos direitos humanos, que respeitam o princípio da presunção de inocência e nem por isso deixam de aplicar a pena.

— Via de regra, nos Estados Unidos e na França, a execução se dá já após a primeira instância. Não se exige o trânsito do último dos últimos recursos. Ou seja, a prisão é compatível com os padrões civilizatórios — afirmou.

Já o desembargador aposentado do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região Vladimir Passos de Freitas disse que a situação do Brasil, após mudança de entendimento do Supremo, não encontra paralelo em nenhum outro lugar do mundo.

— Como dizer que uma quarta instância para se recorrer e recorrer sem se executar é algo efetivo, se nenhum país do mundo adota isso?

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin disse que, se for vontade do legislador mudar



A presidente da CCJ, Simone Tebet, entre os ministros Sergio Moro, da Justiça, e Herman Benjamin, do STJ

a jurisprudência atual, que o faça sem alterar o artigo 5º da Constituição.

— Este deve ser preservado na sua totalidade. Não devemos modificar. Quem mexe nesse tema abre a possibilidade para mexer em outros. O artigo 5º só pode e deve ser alterado para acrescentar direitos, mesmo que se diga aqui que não se está tirando direito algum — opinou.

## OAB

Segundo o representante da OAB, Ary Raghiant Neto, para permitir a prisão em segunda instância, seria necessário mexer na estrutura do sistema recursal. Ainda que o Senado aprove o PLS 166/2018, disse, continuará havendo discussões sobre a constitucionalidade do tema.

— Amanhã poderá haver nova alteração e vamos viver de tempos em tempos alterando a jurisprudência a partir da composição do Supremo.

O defensor público-geral do Rio de Janeiro, Rodrigo Baptista Pacheco, também afirmou que o sistema processual penal brasileiro deve ser pensado

globalmente. Ele também contestou o argumento de que somente quem tem dinheiro para pagar bons advogados conseguem acesso às cortes superiores.

O senador Alvaro Dias (Podemos-PR) destacou o apoio popular ao tema e recordou posições favoráveis à antecipação do cumprimento da pena de ex-ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), como Ellen Gracie e Carlos Velloso.

Para o senador Jorginho Mello (PL-SC), a Justiça precisa ser aperfeiçoada e está na hora de acabar com os recursos intermináveis que, segundo ele, favorecem apenas os mais ricos.

Esperidião Amin (PP-SC), disse que mudanças de entendimento do Judiciário têm causado insegurança jurídica, daí a necessidade de uma ação do rápida do Parlamento.

Já Marcio Bittar (MDB-AC) disse que o Brasil vive um caos na segurança pública. Por isso, “é obrigação do Congresso Nacional endurecer o jogo contra os criminosos, sejam eles ricos ou pobres”.

## Davi Alcolumbre defende consenso para votação de PEC em vez de projeto

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, defendeu ontem que, no lugar do projeto do Senado, seja votada a proposta da Câmara sobre prisão em segunda instância (PEC 199/2019).

Davi afirmou que esse foi o entendimento unânime em reunião na terça-feira da semana passada com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e a maioria dos líderes das duas Casas.

— A presidente da CCJ tem a legitimidade de pautar as matérias que achar conveniente. Mas a minha preocupação é que nós fizemos um entendimento dias atrás, em reunião na residência oficial do Senado. Por ampla maioria, estabelecemos a condução em relação a esse procedimento.

## Proposta eleva penas para estupro e morte de menor

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou o projeto que amplia as penas para os crimes de homicídio e de estupro seguido de morte contra menores de 18 anos. O relator foi Marcos Rogério (DEM-RO).

O PLS 503/2018 segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A pena atual para homicídio simples é de 6 a 20 anos de reclusão. O projeto aumenta de um terço até a metade nos casos de crimes contra criança ou adolescente. No caso de estupro seguido de morte, a pena mínima, de 12 anos, passa para 20 anos.

## Texto sobre importunação sexual se torna projeto

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem a sugestão legislativa que prevê para o crime de importunação sexual a mesma pena prevista para os casos de estupro: reclusão de seis a dez anos. A SUG 54/2017, proposta por meio do Portal

e-Cidadania por um cidadão do Rio Grande do Sul, começa a tramitar no Senado como projeto de lei.

O texto altera o Código Penal (Decreto-lei 2.848, de 1940). Para a relatora, senadora licenciada Rose de Freitas (Podemos-ES), a importunação sexual é grave

e não pode ser punida com “a pena branda” de um a cinco anos de reclusão. “Mesmo que não haja contato com a vítima e nem a utilização de violência ou grave ameaça, ela tem o condão de causar sérios danos psicológicos para a pessoa que a presencia”, afirma no relatório.

## Indicações para o CNMP avançam em comissão

Avançou na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a análise das indicações de dois integrantes para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP): Moacyr Rey Filho, promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; e Ediene Santos Lousado, procuradora-

-geral de Justiça do Ministério Público da Bahia.

Após a leitura dos relatórios sobre as indicações, foi concedida vista coletiva. O próximo passo são as sabatinas. Eles precisam ser aprovados pela CCJ e também pelo Plenário.

Indicado para a vaga do

CNMP destinada a membros do Ministério Público do Distrito Federal, Rey Filho teve a indicação relatada por Soraya Thronicke (PSL-MS). Já o nome de Ediene foi sugerido pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPJ). O relator é Otto Alencar (PSD-BA).

## Para Lasier, texto impede a volta da impunidade

Lasier Martins (Podemos-RS) comemorou ontem em Plenário a decisão da presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Simone Tebet (MDB-MS), de marcar para terça-feira a votação do PLS 166/2018, de sua autoria, que altera o Código de Processo Penal para disciplinar a prisão após a condenação em segunda instância.

— O Senado Federal está em sintonia com o anseio dos brasileiros, que não admitem a volta da impunidade, que grassava como nunca neste país há muito tempo — afirmou.



Waldemir Bonetti/Agência Senado

# Comissão mista aprova relatório da MP do Agro

Segue agora para o Plenário da Câmara, e depois para o do Senado, o projeto de lei de conversão da medida que estabelece disposições sobre crédito e financiamento de dívidas de produtores rurais

O RELATÓRIO DA medida provisória que estabelece uma série de disposições ligadas ao crédito e ao financiamento de dívidas de produtores rurais foi aprovado ontem na comissão mista. A principal inovação da MP 897/2019 é a criação de um fundo a partir da associação de até dez produtores rurais, o Fundo de Aval Fraternal (FAF), a ser oferecido como garantia à rede bancária para a quitação de dívidas do crédito agrícola.

O projeto de lei de conversão apresentado pelo deputado Pedro Lupion (DEM-PR) ainda será votado nos Plenários da Câmara e do Senado. O prazo de vigência da medida, já prorrogado, expira em 10 de março de 2020. A comissão é presidida pelo senador Luis Carlos Heinze (PP-RS).

A proposição também amplia a Cédula Imobiliária Rural (CIR), para que o dispositivo possa ser utilizado em qualquer operação financeira, não só de crédito junto às instituições.

O projeto de conversão altera a denominação do FAF para Fundo Garantidor Solidário (FGS) e prevê a ampliação do universo de operações possíveis de serem garantidas pelo instrumento, além da supressão da quantidade máxima de devedores e a possibilidade de majoração dos percentuais



O relator da MP, Pedro Lupion, ao lado da senadora Soraya Thronicke

estabelecidos para composição do FGS, entre outras. O projeto também promove abertura para que a CPR possa utilizar o patrimônio rural de afetação como garantia.

Quanto à Cédula de Produto Rural (CPR), o texto do relator amplia e prevê maior detalhamento dos produtos passíveis de emissão da cédula, incluídos os que sofrem beneficiamento e primeira industrialização.

O Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), criado pela MP, concederá a empresas que produzem e negociam cereais financiamento para a construção ou expansão de armazéns. Serão disponibilizados ao programa, por meio do BNDES, R\$ 200 milhões. A subvenção ficará limitada a R\$ 20 milhões por

ano. O texto também determina que os registradores de imóveis de todo território nacional instituem a Central Nacional de Registro de Imóveis, a qual caberá centralizar as informações de registro imobiliário de todo o país, como dos títulos que constituam garantias reais ou criem direitos, restrições, gravames ou ônus relativos aos bens imóveis.

O texto inclui ainda, no conceito de produtor-vendedor de biodiesel, outros arranjos de comercialização que comprovem a origem do produto no âmbito do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), para fins de redução da alíquota de PIS/Pasep e da Cofins que beneficia o agricultor familiar ou sua cooperativa agropecuária.

## Produção com reciclável dará redução em tributos

As empresas que utilizarem sucatas e outros resíduos sólidos recicláveis em seus processos produtivos terão direito à redução no valor do pagamento da contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). É o que prevê projeto do senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

O texto (PL 3.592/2019) concede crédito presumido

relativo a esses tributos nas aquisições de desperdícios, resíduos ou aparas de plástico, papel, de vidro, de ferro ou aço, de cobre, entre outros materiais.

O projeto segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão terminativa.

Na justificativa, Heinze diz que a ampliação da logística reversa de resíduos sólidos produz importantes efeitos benéficos para a economia

nacional, como a redução da disposição inadequada de contaminantes ambientais, do volume de resíduos destinados a aterros sanitários e do uso de matérias-primas virgens.

Em relatório favorável, o senador Jayme Campos (DEM-MT) avalia que a proposta contribui para “aperfeiçoar a legislação vigente e para incentivar o aproveitamento de materiais recicláveis com diminuição dos resíduos destinados a aterros sanitários”.

## Elevação de pena para crimes ambientais passa em colegiado

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem projeto de lei de Alessandro Vieira (Cidadania-SE) que eleva penas previstas na Lei de Crime Ambientais (Lei 9.605, de 1998). O texto determina que a pena para quem exportar sem autorização peles e couros de anfíbios e répteis passe a ser de dois a quatro anos de reclusão, enquanto a legislação original estabelece pena de reclusão de um a três anos.

Já a punição para quem matar, caçar ou capturar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, passa de seis meses a um ano para um a três anos de detenção. A proposta (PL 5.373/2019) inclui, entre as

circunstâncias agravantes, o cometimento de crimes em unidades de conservação, terras indígenas e territórios de comunidades tradicionais, como os quilombolas.

O projeto prevê que os produtos e os instrumentos utilizados na prática da infração poderão ser destruídos ou inutilizados quando a medida for necessária para evitar o seu uso, nas situações em que o transporte e a guarda forem inviáveis, ou possam expor o meio ambiente a riscos ou comprometer a segurança da população e dos agentes públicos envolvidos na fiscalização.

A proposta segue agora para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

## Relatório aponta desmonte de política sobre aquecimento

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem o relatório com a avaliação da Política Nacional sobre Mudanças do Clima. O texto, do senador Fabiano Contarato (Rede-ES), reconhece “significativos avanços institucionais e normativos”, mas manifesta preocupação com o desmonte da estrutura governamental. “Trata-se de um momento de ruptura na política climática brasileira, com extinção das áreas de referência nas pastas de Meio Ambiente e Relações Exteriores, paralisação de toda a estrutura de governança sobre mudança do clima, descontinuidade na implementação dos instrumentos

de política, incluindo o Fundo Clima e o Fundo Amazônia, e recusa do país em sediar a 25ª Conferência das Partes, a COP 25”, avalia Contarato.

O senador citou ainda o expressivo aumento do desmatamento na Amazônia.



Autor do texto, Contarato dirige a Comissão de Meio Ambiente

### RÁPIDAS

#### PRÊMIO DE JORNALISMO E MEIO AMBIENTE AVANÇA

A Comissão de Meio Ambiente aprovou ontem projeto que cria o Prêmio Chico Mendes para homenagear jornalistas que tenham produzido matérias relevantes para a preservação do meio ambiente. O texto é do senador Fabiano Contarato (Rede-ES).

#### ÓRGÃOS PÚBLICOS FEDERAIS PODEM TER DE SEPARAR LIXO

A separação de lixo reciclável pode se tornar obrigatória para órgãos públicos federais situados em municípios que possuem coleta seletiva. É o que prevê o PL 4868/2019, do senador Styvenson Valentim (Podemos-RN), aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente.

#### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Davi Alcolumbre  
**Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia  
**Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins  
**Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão  
**Segundo-secretário:** Eduardo Gomes  
**Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro  
**Quarto-secretário:** Luis Carlos Heinze  
**Suplentes de secretário:** Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

#### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Érica Ceolin  
**Coordenadora-geral:** Luciana Rodrigues  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

#### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burtle  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Avança criação do Portal da Transparência da Saúde

A plataforma digital vai reunir informações sobre os serviços do SUS, como frequência de profissionais de saúde, ordem de atendimento e tempo de espera para realização de consultas, exames e outros

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem substitutivo ao PLS 180/2018, que prevê a criação do Portal da Transparência da Saúde (PTS). A proposta é de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e dispõe sobre uma plataforma digital para hospedar informações sobre os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre seus usuários. O projeto segue para a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), após votação

em turno suplementar na CAS. O PLS 180/2018 resulta de sugestão popular e recebeu substitutivo do relator, senador Paulo Rocha (PT-PA). O texto alternativo introduziu a criação do PTS na Lei 8.142, de 1990, que regula a participação da comunidade na gestão do SUS. A plataforma digital deverá oferecer ao usuário do sistema de saúde pública não só suas informações médicas, mas também as relacionadas ao fluxo de atendimento nas unidades de saúde.

Entre os dados a serem reunidos no portal, por unidade

de atendimento à saúde, estão relatório diário de frequência e de afastamentos dos profissionais lotados na unidade, ordem de atendimento e tempo de espera estimado para a realização de consultas, exames e procedimentos.

Inicialmente o projeto estabelecia o acesso dos usuários a suas informações no PTS por meio de senha pessoal. O substitutivo manteve esse sistema, mas inseriu também mecanismo de consulta por identificação biométrica. Mais três inovações foram agregadas ao projeto pelo relator na CAS: registro apenas de informações autorizadas pelo paciente no portal, garantia de sigilo a esse banco de dados e possibilidade de os profissionais acessarem o histórico de saúde com autorização do interessado.

“O Portal da Transparência da Saúde vai ao encontro de todo o arcabouço jurídico e de concepção do SUS, fortalecendo ainda mais o controle social que deve ser exercido sobre o sistema”, considerou Paulo Rocha no parecer.



Pelo CFM, Soares fala em debate dirigido por Nelsinho Trad (2º à esq.)

## Debate aponta necessidade de regulamentar telemedicina

Em debate ontem na Comissão de Assuntos Sociais sobre a regulamentação da telemedicina, o representante da Associação Médica Brasileira, Luiz Oliveira, afirmou que a modalidade pode levar a regiões distantes o melhor atendimento em saúde que hoje está nas Regiões Sul e Sudeste.

— Nós não temos um projeto de saúde digital para o país. E isso precisa se tornar oficial na saúde desse país em todas as instâncias.

O senador Nelsinho Trad (PSD-MS), autor do pedido da audiência, anunciou que vai se reunir com os parlamentares médicos para debater a regulamentação da telemedicina.

— Como médico, eu vi essa necessidade. Eu vou puxar

este tema para o debate aqui no Congresso Nacional. Acho de extrema importância e entendo que nós estamos ficando para trás nesta questão.

O representante do Conselho Federal de Medicina (CFM), Aldemir Humberto Soares afirmou que a telemedicina já é realidade em diversos países, como nos Estados Unidos, onde 60% das instituições de saúde e 50% dos hospitais já mantêm algum tipo de serviço nessa modalidade. E argumentou que a prática pode salvar vidas em atendimentos por telefone, videoconferência ou aplicativos.

— A questão do infarto: o médico pode monitorar o atendimento dentro da ambulância até chegar na unidade de saúde — afirmou.



Projeto foi aprovado em reunião conduzida pelo senador Romário (D)

## Proposta aumenta cobertura das vacinações

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem projeto de Romário (Podemos-RJ) que aumenta a cobertura da vacinação no país. O PL 5.094/2019 segue agora para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O texto determina que a atualização das vacinas deve ser feita sempre que crianças, adolescentes, adultos, idosos e gestantes usarem unidades

de saúde com serviço de vacinação, inclusive durante a internação hospitalar. Romário afirma que, apesar dos avanços do Programa Nacional de Imunizações, o país não alcançou nos últimos anos a meta de cobertura que garanta proteção efetiva à população.

“Entre as múltiplas causas de perda de oportunidade de vacinação, a não aplicação de vacinas em pessoas sob

internação hospitalar merece um destaque negativo especial. Isso porque a internação hospitalar é uma boa oportunidade para atualizar o esquema de vacinações de crianças e de outros segmentos populacionais, desde que não haja contraindicação médica”, afirma Romário.

O relator, Flávio Arns (Rede-PR) emitiu parecer favorável ao projeto.

## Incentivo à produção de remédios passa em comissão

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem incentivos, como o Selo de Responsabilidade Pública, para que empresas farmacêuticas invistam na produção de medicamentos para doenças negligenciadas, aquelas para as quais a fabricação de remédios não dá retorno econômico. O PL 4.212/2019, do ex-senador Siqueira Campos e de Lasier Martins (Podemos-RS), recebeu voto pela aprovação do relator, Eduardo Gomes (MDB-TO), e segue para a Comissão de Constituição e Justiça.

## Projeto amplia identificação de doenças em recém-nascidos

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem projeto que amplia a lista de enfermidades neonatais a serem obrigatoriamente rastreadas no Brasil. O PL 3.131/2019 inclui no rol as doenças cardiológicas, oftalmológicas e ortopédicas.

O projeto do senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) traz outra inovação: prevê a atualização periódica da lista de anormalidades do metabolismo a serem investigadas. O texto segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A legislação em vigor obriga a realização dos testes da orelhinha e do pezinho para a detecção das seguintes doenças

metabólicas: fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito, doenças falciformes e outras hemoglobinopatias, fibrose cística, hiperplasia congênita da suprarrenal e deficiência de biotinidase.

Para Rodrigo Pacheco, em comparação com outros países, esse rol estabelecido no Brasil é muito reduzido. Ele citou como exemplo o Reino Unido, onde os recém-nascidos são submetidos ao rastreamento de nove doenças. O relator, senador Flávio Arns (Rede-PR), recomendou a aprovação do projeto. “A despeito dos avanços, a assistência à saúde no Brasil precisa ser aprimorada”, afirmou.

## Nelsinho defende atendimento médico à distância

Nelsinho Trad (PSD-MS) disse ontem em Plenário que o Brasil precisa com urgência de uma regulamentação para o exercício da telemedicina — o atendimento médico à distância pela internet. Segundo ele, o país está “meio século atrasado” nessa questão.

O senador ressaltou ainda que a telemedicina deve ser incluída na grade curricular dos cursos de medicina, assim como acontece em outros países, como Israel, Estados Unidos e Alemanha. Em alguns países, inclusive, já é possível se especializar em saúde digital, afirmou.

## Zenaide Maia critica mudança em Lei de Cotas

Zenaide Maia (Pros-RN) lembrou ontem a Semana Internacional da Pessoa com Deficiência e criticou o projeto encaminhada ao Congresso pelo Poder Executivo que cria alternativas para liberar as empresas da obrigatoriedade de manter uma cota de pessoas com deficiência entre os seus empregados. Ela afirmou que o projeto dificultará ainda mais a acesso dos deficientes ao mercado de trabalho.

— O projeto de lei diz que flexibiliza, mas na verdade ele acaba com as cotas.



Valdemir Bonetto/Agência Senado

### RÁPIDAS

#### SEMANA DE PREVENÇÃO À MICROCEFALIA VAI A VOTAÇÃO NO PLENÁRIO

A Semana Nacional de Prevenção, Conscientização e Tratamento da Microcefalia pode ser realizada anualmente, na semana de 4 de dezembro. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem o PLC 109/2018 com esse fim, relatado por Eduardo Girão (Podemos-CE). A proposta segue ao Plenário.

#### PESSOA COM DEFICIÊNCIA PODERÁ SER CONSIDERADA IDOSA AOS 50 ANOS

A pessoa com deficiência poderá ser considerada idosa a partir dos 50 anos. A antecipação é defendida no PL 401/2019, aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que segue agora para a Comissão de Direitos Humanos (CDH). O relator, Flávio Arns (Rede-PR), apoia a proposta.

# Parlamentares do PSL fomentam ataque virtual, diz Joice Hasselmann

Segundo a deputada, assessores da Presidência da República também organizam redes de ataque, que contam inclusive com robôs

EM DEPOIMENTO ONTEM à CPI Mista das Fake News, que investiga notícias falsas e assédio nas redes sociais, a deputada Joice Hasselmann (PSL-SP) afirmou que parlamentares ligados ao governo federal usam assessores de seus gabinetes para promover ataques virtuais contra desafetos. Um dos acusados por Joice foi o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente Jair Bolsonaro.

Ela citou também os deputados estaduais de seu partido Douglas Garcia (SP), Gil Diniz (SP) e Alana Passos (RJ) e mencionou três servidores comissionados do Palácio do Planalto, que compõem o grupo conhecido como “gabinete do ódio”. Segundo a deputada, esses assessores são empregados com a função de organizar redes de ataques, o que pode configurar improbidade administrativa.

— Não estamos falando de fofquinha de WhatsApp. É uma organização criminosa que funciona de maneira coordenada. Há dinheiro público. Escolhe-se um alvo, combina-se o ataque, e em questão de minutos temos uma mensagem espalhada para o Brasil inteiro. É uma sensação passada para que muitos fiquem atemorizados com o “levante” da internet.

A deputada afirmou que esses assessores operam páginas e perfis que atuam como elos intermediários na cadeia



Para Joice, mais nomes podem surgir quando redes sociais abrirem o sigilo da administração de perfis anônimos

dos ataques. Eles produzem conteúdo a partir de orientações combinadas em grupos secretos, e as publicações seguem um “roveamento” previamente estabelecido entre as páginas. Depois, o material é repercutido com o uso de bots (robôs). As orientações, segundo Joice, partem de lideranças como Eduardo Bolsonaro, o vereador Carlos Bolsonaro e o assessor especial da Presidência Filipe Martins.

Entre os nomes citados, estão Tercio Tomaz, José Matheus Gomes e Mateus Diniz, assessores da Presidência; Carlos Eduardo Guimarães, secretário de Eduardo Bolsonaro; e Edson Salomão, presidente do Movimento Conservador.

Joice disse que outros nomes podem surgir depois que redes sociais como Twitter, Facebook e Instagram abrirem o sigilo de administradores de perfis

anônimos e páginas satíricas que participam das redes de ataques. Ela já iniciou ações judiciais nesse sentido.

O senador Humberto Costa (PT-PE) observou que as informações trazidas pela deputada são graves. Para ele, o fato de um grupo tão próximo ao presidente se comportar da forma que foi descrita deve ser tratado com seriedade.

— Estamos diante de um grande problema: ou o presidente sabe da existência dessa rede e apoia o que ela faz, ou ele não tem conhecimento. Aí quem tem que ser responsabilizados são os órgãos de inteligência — disse o senador.

A deputada afirmou que os robôs que participam dos ataques virtuais podem vir a ser relevantes no processo de formalização do partido Aliança pelo Brasil, presidido por Bolsonaro. Ontem o Tri-

bunal Superior Eleitoral (TSE) autorizou o uso de assinaturas digitais para a criação de partidos políticos, o que facilita a oficialização da sigla a tempo das eleições municipais de 2020.

— As certificadoras digitais são muitas vezes pequenas empresas privadas sem nenhuma fiscalização. Se temos esse volume de robôs atuando nas redes sociais, o que não haverá com as certificadoras?

Joice trouxe os números de uma avaliação que solicitou ao Botometer, projeto da Universidade de Indiana, nos Estados Unidos, que monitora a veracidade de perfis de redes sociais. Segundo o estudo, cerca de 15% dos seguidores no Twitter da Aliança pelo Brasil apresentam características típicas de perfis automatizados: sem personalização, pouco conteúdo original e atividade intensa de compartilhamentos.

## Para Jayme Campos, reforma trabalhista reduziu processos

J a y m e C a m p o s (DEM-MT) salientou ontem que as alterações implantadas a partir da reforma trabalhista mudaram as regras relativas a remuneração, plano de carreira e jornada de trabalho, entre outras normas. Para ele, as medidas propostas pela lei garantiram uma redução considerável no número de processos que chegam à Justiça do Trabalho. Segundo o senador, o Brasil ainda figura entre os campeões mundiais em ações trabalhistas. No ano passado, foram ajuizados 1,7 milhão de novos casos.



Waldecir Barreto/Agência Senado

## Major Olimpio formaliza pedido contra Dias Toffoli

M a j o r O l i m p i o (PSL-SP) informou que formalizou representação, na Mesa do Senado, com pedido de processo de impeachment contra o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli. De acordo com o senador, a solicitação está embasada na Constituição. Ele disse que o fato que motivou a representação foi a atitude do presidente do STF que determinou a abertura de inquérito para apurar notícias fraudulentas, mas “não respeitou o rodízio eletrônico de ministros para a relatoria, além de outras ações contraditórias”.



Waldecir Barreto/Agência Senado

## Representante de Belo Monte destaca investimento socioambiental

Senadores da Subcomissão Temporária para Acompanhamento das Obras da Usina de Belo Monte, ligada à Comissão de Desenvolvimento Regional, ouviram ontem, em audiência pública, esclarecimentos sobre o cumprimento dos condicionantes do licenciamento da hidrelétrica no Pará.

Desde novembro de 2015, a usina, instalada no Rio Xingu,

tem a licença de operação para gerar energia comercializável, e, no mês passado, passou a operar com capacidade máxima. Para assumir a obra, a empresa Norte Energia deve submeter ao Ibama relatórios socioambientais periódicos e apresentar um projeto básico ambiental para as comunidades locais e os índios do Médio Xingu.

O assessor da presidência da Norte Energia, José Hilário Portes, chamou a atenção para o peso relativo dos investimentos socioambientais em Belo Monte, que, segundo ele, somam 17% do total do empreendimento, quando o percentual para outras hidrelétricas se situa entre 12% e 14%.

Presidente da subcomissão, Zequinha Marinho (PSC-MA)

comemorou os investimentos, mas criticou a “politicagem” em torno do processo de reassentamento marcado pela “fabricação de ribeirinhos”.

O relator da subcomissão, senador Lucas Barreto (PSD-AP), comparou a situação de Belo Monte com o Amapá, onde duas hidrelétricas foram construídas sem compensação às comunidades atingidas.

## Comissão mista da medida do Fundo Ambiental é instalada

Foi instalada ontem a comissão mista da medida provisória que autoriza a União a contratar instituição financeira sem licitação para gerir um fundo com recursos de multas ambientais, que serão usados na preservação e melhoria do meio ambiente (MP 900/2019).

O presidente da comissão será o deputado Sidney Lei-

te (PSD-AM) e o relator, o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE).

A MP cria um mecanismo para incentivar a conversão de multas de maneira simples e desburocratizada, além de agregar racionalidade, escala e relevância ambiental aos serviços resultantes da conversão, explica a justificativa da medida.

## Colegiado aprova programa para preservar as línguas indígenas

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem o projeto que cria o Programa de Preservação, Recuperação e Transmissão das Línguas Indígenas Brasileiras. O PL 3.690/2019 segue para a Comissão de Educação (CE).

Pelo projeto, do senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO), documentos públicos solicitados pelos falantes das línguas

indígenas serão fornecidos em português e no idioma nativo. O texto considera os dialetos indígenas como bens de natureza imaterial do patrimônio cultural brasileiro.

Para o relator, Telmário Mota (Pros-RR), o texto reforça a Constituição. “Trata-se de patrimônio de valor incalculável que estamos deixando escorrer por entre os dedos”, afirma.

## Marcos Rogério pede votação do pacote anticrime de Moro

Marcos Rogério (DEM-RO) destacou ontem em Plenário o aumento da criminalidade no país. Ele disse que o Congresso não pode mais adiar a análise das propostas relacionadas ao pacote anticrime do ministro da Justiça, Sergio Moro.

— Seja a análise da proposta que tramita na Câmara dos Deputados, seja o exame das propostas em tramitação aqui no Senado, o tema precisa ser enfrentado. E isso, de preferência, no mais curto prazo possível — disse o senador, que citou dados do Atlas da Violência.



Waldecir Barreto/Agência Senado